

A homogeneidade de uma doutrina: uma breve análise do governo Eisenhower na Indonésia e no Líbano (1950-1958)

Renato Bilotta da Silva*

Resumo

O presente artigo propõe um estudo sobre a homogeneidade existente nas doutrinas de política externa adotadas pelos Estados Unidos da América. Para tal, serão analisadas as estratégias adotadas pelo governo de Dwight Eisenhower (1953-1961) em duas ocasiões: a tentativa de golpe de Estado na República da Indonésia e revoltas populares na República do Líbano, ambos ocorridos em 1958. A metodologia utilizada baseia-se em uma adaptação do conceito de “três imagens” desenvolvido por Kenneth Waltz em “O Homem, O Estado e a Guerra” (2004). A conclusão desenvolvida aponta para elementos de não homogeneidade no tratamento das duas situações, indicando que o comportamento em matéria de política externa adotado no período divergiu de uma diretriz geral, genérica e universal. **Palavras-chaves:**EUA, Líbano, Indonésia, Doutrina, Política Externa.

Abstract

The following article proposes a study of the foreign policy doctrines of the United States of America and it aims to verify the existence of a homogeneity among them. Thus, it will be analyzed the strategies adopted by the Eisenhower's administration (1953-1961) in two situations: the attempted coup in the Republic of Indonesia and the popular revolts in the Republic of Lebanon, both in 1958. The methodology used was based on a adaption of the concept of "the three images" developed by Kenneth Waltz's book "Man, the State, and War" (2004). The conclusion pointed to a non-homogeneity on the treatment of the two cases, indicating that the foreign policy behavior adopted during the studied period differed from a general, generic and universal guideline.

Keywords:USA, Lebanon, Indonesia, Doctrine, Foreign Policy.

*Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: renatobilota@gmail.com

Introdução

O conceito de doutrina é usado em grande parte dos estudos de Relações Internacionais para se referir a uma agenda de princípios a serem seguidos por determinado chefe de Estado no que tange à política externa e política de defesa (OXFORD LIVING DICTIONARIES, 2019). De maneira sucinta, pode-se dizer que doutrinas presidenciais são um conjunto de enunciados usados para encampar “declarações lúcidas, simples e concisas” (OVERHOLT, CHOU, 1974, p.185), criando uma estratégica retórica apelativa tanto ao público em geral quanto à esfera política. Isso nos leva então a duas origens possíveis para a definição do que seja uma doutrina: o próprio chefe de Estado e os internacionalistas que, ao analisar as políticas defendidas e aplicadas por um chefe de Estado, traçam uma agenda mínima de atuação do mesmo.

Tal prática descrita acima é particularmente forte nos Estados Unidos da América (EUA), cujos acadêmicos e líderes políticos costumeiramente definem aspectos gerais a fim de traçar um “perfil de atuação” durante o mandato¹. Ainda que o uso de inferências e generalizações sejam utilizadas em análises nas Ciências Sociais desde a sua fundação, é possível afirmar que esses aspectos gerais que caracterizam uma doutrina presidencial seriam homogêneos ao se analisar relações específicas de um governo?

O presente artigo foca em analisar a presença, ou não, desses aspectos gerais de uma doutrina. O escopo se dará em uma análise sobre as estratégias adotadas pelo governo Eisenhower (1953-1961) para se relacionar com dois países ao longo da década de 1950 cujas diferenças ultrapassam qualquer semelhança possível: a República do Líbano e a República da Indonésia. A escolha da administração Eisenhower é justificada por dois motivos: essa é a primeira vez que uma doutrina é explicitamente anunciada com diretrizes para lidar com a influência da União Soviética que prevê o envio de forças armadas para defesa de governos aliados², além da década de 1950 ficar marcada por conflitos velados com a União Soviética³.

A escolha do Líbano e da Indonésia se dá pela percepção da importância regional que esses países representavam para a manutenção da influência ocidental em suas respectivas regiões geográficas: o Líbano é um país próximo ao ocidente por se auto reconhecer tendo raízes ocidentais (devido à influência francesa durante o mandato colonial de 1920-1940) e árabes (por conta da ocupação de diversos grupos religiosos na região por milênios), o que se distanciava da visão pan-arabista⁴ predominante na região (FAWAZ, 2009, p. 31). A conjuntura interna também era extremamente benéfica a favor de Washington: durante a maior parte do governo Eisenhower, a presidência do Líbano, ocupada por Camille Chamoun entre 1952 e 1958, via no alinhamento automático com o ocidente uma maneira de atrair recursos externos e diminuir resistências

¹ Um exemplo “clássico” de doutrina estadunidense versa sobre a Doutrina Monroe, conhecida pelo imperativo de defesa do continente americano contra investidas europeias após o processo de independências ocorridas no início do século XIX

² A Doutrina Truman (1947-1953), embora seja o primeiro conjunto de diretrizes que tratasse especificamente sobre a União Soviética, apenas previa a ajuda econômica a países considerados cruciais na época, como a Europa Ocidental, a Grécia e o Japão

³ Excetuando-se a Guerra da Coreia (1950-1953) não houve nenhum confronto aberto com a União Soviética. Inclusive, a promessa do fim desta guerra foi o grande trunfo para a vitória de Eisenhower em 1952.

⁴ Em termos gerais compreende-se o pan-arabismo como um movimento para a unificação de todos os países que tenham língua ou façam parte da civilização árabe, de forma a criar uma única nação que represente todos os interesses árabes no mundo.

internas ao seu governo (YAQUB, 2004, p. 235; LITTLE, 1996, p. 37).

Já a Indonésia tinha destaque por ser um país com recursos energéticos consideráveis e grande dimensão territorial que tinha acabado de se tornar independente, sendo liderado pelo militar e presidente Sukarno (1945-1967), caracterizado pela defesa de uma postura não alinhada frente a Guerra Fria (ROADNIGHT, 2002, p. ix). Neste cenário, o temor por parte de Washington era de que o avanço do comunismo no país gerasse a queda de outros governos asiáticos como o ocorrido na China⁵, além de ameaçar a segurança de países como a Austrália (ROADNIGHT, 2002, p. 121).

Embora se faça uma vista panorâmica sobre as relações dos EUA com a Indonésia e o Líbano ao longo dos anos 1950, o presente artigo ressalta a importância de um ano específico de atuação dos EUA para analisar a Doutrina Eisenhower: 1958. Naquele ano, dois eventos com participação direta ou indireta estadunidense ocorreram: um golpe de Estado frustrado contra Sukarno (em janeiro) e uma crise política seguida de revoltas populares por todo o Líbano (de maio a julho). Assim sendo, identificamos nesses dois eventos a chance de testar as semelhanças e diferenças das estratégias empregadas pelos EUA.

O referencial teórico-metodológico utilizado será a obra *O Homem, o Estado e a Guerra* de Kenneth Waltz por considerá-la uma metodologia de análise adequada. Para Waltz (2004) há três imagens que retratam as relações internacionais: o comportamento dos líderes dos estados, o relacionamento entre estados e o sistema internacional, de modo a observar em que medida os confrontos bélicos se originam em cada imagem. Porém, para atingir o nosso objetivo, será necessário fazer uma adaptação à metodologia de forma de que as imagens analisadas versem sobre as dinâmicas intra-estatais (I), a relação dos estados no contexto regional (II) e o papel do estado no contexto da guerra fria (III). Note que as 3 imagens se retroalimentam e se sobrepõem, proporcionando uma abordagem mais completa e complexa que retrata com maior fidelidade a realidade que se passava.

A partir de tudo que já foi exposto, inicialmente será relatado as dinâmicas internas da Indonésia e do Líbano, passando em seguida pela inserção dos mesmos na estratégia estadunidense para o Sudoeste Asiático e Oriente Médio (respectivamente) e, por fim, no envolvimento dos EUA nos eventos de 1958. Por fim, serão realizadas uma análise comparativa e uma síntese, de forma a traçar possíveis respostas sobre o tema.

1 Dinâmicas internas nas repúblicas da indonésia e do líbano (1950-1958)

Como já destacado, será utilizado uma adaptação das três imagens de Waltz como metodologia de pesquisa. Se para o autor a primeira imagem refletiria que “o local das causas importantes da guerra reside na natureza e no comportamento do homem” (WALTZ, 2004, p. 23), reassignificamos esta definição para analisar não a figura do chefe de Estado em sua forma mais individual, mas sim as relações deste com o cenário político interno de seus respectivos países. Os itens a seguir tratarão de

⁵ A derrota das forças nacionalistas ante as comunistas no país levou a um temor de casos semelhantes ocorrerem. Essa justificativa seria usada para os esforços na defesa do Vietnã do Sul ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 pelas sucessivas administrações estadunidenses

explanar as relações políticas internas libanesas e indonésias ao longo da década de 1950 e que contribuiriam para as ações ocorridas em 1958:

2 Contexto político da República da Indonésia (1950-1958)

Seguindo-se a guerra de independência entre 1945 e 1949 contra o domínio holandês, a Indonésia emerge no cenário internacional com problemas de natureza socioeconômicos (destruição de infraestrutura devido a ocupação japonesa, necessidade de importação de alimentos, forte êxodo urbano e dificuldade de exportar devido à baixa nos preços do petróleo e da borracha) e político-militares (marginalização das outras ilhas ante a de Java e disputas pela centralização ou não do exército) (RICKLEFS, 2008, p. 272-276).

Em 1950 o sistema político indonésio foi inspirado no modelo do sistema multipartidário parlamentarista da Holanda: um parlamento unicameral (*Dewan Pěrwakilan Rakyat*, Conselho Representativo do Povo) com 232 membros e distribuição de cadeiras refletindo a percepção da força dos partidos existentes na época: o Partido Socialista Indonésio (PSI, formado por intelectuais de Java), o *Masyumi* (*Partai Majelis Syuro Muslimin Indonesia*, Conselho dos Indonésios Muçulmanos Associados) e o *Nahdlatul Ulama* (Renascimento do Ulama⁶, NU) – ambos representando a população islâmica, o Partido Nacionalista Indonésio (PNI, representando os burocratas e profissionais liberais) e por último o Partido Comunista da Indonésia (PKI, apoiado pelas classes populares). O poder executivo era representado pelos militares Sukarno (presidente) e Mohammad Hatta (vice-presidente), propulsores da campanha independentista (RICKLEFS, 2008, p. 276-278).

Entre 1950 e 1955, a formação de gabinetes se dava por acordos informais com os partidos e maneira a excluir o PKI, visto na época como grande ameaça ao controle burocrático-militar do Estado e ao exercício da religião (RICKLEFS, 2008, p. 277-278). Todavia, esses arranjos eram extremamente fracos pela falta de apoio popular e parlamentar, levando ao longo a passagem de inúmeros primeiros-ministros (RICKLEFS, 2008, p. 278-288). Essa fragilidade parlamentar levou a duas consequências posteriores: o entendimento do PKI em construir uma base de apoio popular forte o suficiente para não ser ignorado na formação de governos⁷ e no desencanto generalizado com a democracia parlamentarista, ressoando nas ações do presidente Sukarno e na sociedade após a eleição de setembro de 1955 (RICKLEFS, 2008, p. 279-287).

A decepção pós-eleições de 1955, cujo objetivo era criar uma assembleia nacional que criasse uma nova constituição nacional, levou, em 1956, Sukarno a começar a teorizar uma nova forma de sistema político para o país denominado “Democracia Guiada”. Esse sistema político teria como pedra fundamental uma “cooperação mutual” (*gotong royong*) de todos os partidos em um gabinete montado a partir de um Conselho Nacional (*Dewan Nasional*), onde todos os grupos funcionais da sociedade estariam representados (jovens, trabalhadores, militares, regiões, líderes religiosos etc.).

⁶ Ulama é um cargo islâmico reservado aos teólogos ou sábios com conhecimento nas leis e religião islâmica.

⁷ 8 Tal estratégia perpassava posteriormente na busca de proteção política por parte de Sukarno, intensificando as antipatias em torno do presidente e as suspeitas da colaboração do mesmo com os comunistas. Esta passagem é explicada de forma mais detalhada em RICKLEFS, 2008, pp. 277 e 280.

Ainda que a população tenha apoiado essa ideia, Sukarno enfrentou resistência por parte dos partidos políticos (que temiam sua extinção) e por líderes militares regionais (RICKLEFS, 2008, p. 290-291). Um grupo de generais começaram a derrubar conselhos regionais entre 1956 e 1957, justificando suas ações com objetivo de completar a revolução na Indonésia, além de realizarem o tráfico de matéria prima de regiões ricas do país afirmando que o governo central não estava investindo o suficiente nas outras ilhas (FEITH, LEV, 1963, p. 32-34). Esse movimento posteriormente seria conhecido como Permesta por conta da leitura de uma carta citando a luta universal em prol da Indonésia (*Pěrmesta: Piagam Pěrjuangan Sěmesta Alam*). Membros ligados à Permesta tiveram papel fundamental na tentativa de golpe de Estado em janeiro de 1958 (RICKLEFS, 2008, p. 291).

3 Contexto político da República do Líbano (1952-1958)

Semelhantemente à Indonésia, o Líbano (cuja independência ocorreu em 1943) também tentava superar a questão da representação política ao seu modo. A constituição oficial reconhecia a igualdade de todos os libaneses nas esferas jurídica, civil e política (*muwatinin*) apesar da institucionalização do sectarismo religioso nos cargos públicos e políticos (*ahlin*). Concedia também proeminência política ao presidente, que tinha plenos poderes para dissolver o parlamento e convocar novas eleições, vetar leis legislativas e ser julgado apenas em caso de violação da constituição ou de alta traição à pátria (TRABOULSI, 2007, p. 109-110). Junto à constituição vigorava concomitantemente o “pacto nacional” (*al Mithaq al Watani*), um acordo verbal entre Bechara El Khoury⁸ e Riad Al Solh⁹ para complementar a identidade cultural e política descrita na constituição e agindo como um “acordo de cavalheiros”: fora estabelecido a definição dos altos cargos com base no sectarismo religioso e a identidade cultural libanesa como um país árabe que absorveria da civilização ocidental o que lhe for interessante (TRABOULSI, 2007, p. 110).

Eleito em 1952, Camile Chamoun buscou ao longo de seu mandato intensificar os laços com o ocidente, em especial com os Estados Unidos, enquanto fazia uma política externa contra o pan-arabismo. Isso já era perceptível em 1956, quando nos ânimos da Guerra do Suez o Líbano foi o único país árabe a não romper relações diplomáticas com Reino Unido e França (LITTLE, 1996, p. 34; SORBY, 2000, p. 84). Se externamente Chamoun buscava uma relação íntima com os Estados Unidos a fim de conter a influência pan-arabista, internamente seu objetivo estava em reforçar seu poder presidencial ao ponto da autocracia, indicando ministros fracos que necessitavam de seu apoio para governar e subordinados diretamente à presidência, significando na prática uma hegemonia dos cristãos maronitas (TRABOULSI, 2007, p. 129).

Ao minar o poder dos parlamentares e políticos muçulmanos, Chamoun facilitou que a população se sentisse atraída pelo nacionalismo árabe propagado por Nasser¹⁰. As críticas se intensificaram após as eleições parlamentares de 1957, quando inúmeros candidatos pró-Nasser foram derrotados por candidatos pró-Chamoun

⁸ Primeiro presidente do Líbano (1943 – 1952), cristão maronita.

⁹ Primeiro primeiro-ministro do Líbano (1943-1945; 1946-1951), muçulmano sunita.

¹⁰ Líder do golpe de Estado que derrubou a monarquia egípcia em 1952, o coronel Gamal Abdel Nasser foi o principal expoente do pan-arabismo durante as décadas de 1950 e 1960. Sua retórica inflamada pelo nacionalismo árabe aliado a acordos com a União Soviética despertavam preocupação tanto por parte dos Estados Unidos quanto pelos governos do Oriente Médio aliados ao ocidente.

ainda que gozassem de popularidade e prestígio eleitoral. Tal acontecimento alimentou o pensamento de manipulação eleitoral por parte da oposição e da população, que viam nesta vitória uma forma para que Chamoun tivesse maioria para fazer emendas no pacto nacional e permitir sua reeleição (SORBY, 2000, p. 85). Nesse quadro, a fundação da República Árabe Unida (RAU, união do Egito com a Síria sob comando de Nasser) em fevereiro de 1958 jogou mais dramaticidade ao panorama por ter contado com o apoio da população libanesa enquanto era temida pelo governo. Na prática o país se dividiu entre nassaristas (que contavam com o apoio da oposição à Chamoun e das minorias muçulmanas) e anti-nassaristas (que contavam com o apoio do governo central e das minorias cristãs) (SORBY, 2000, p. 90-92). Todos os elementos elencados se intensificaram ao longo dos meses posteriores, culminando em revoltas populares que serão detalhadas posteriormente.

4 A política internacional dos Estados Unidos para o sudoeste asiático e oriente médio (1953-1958)

Após o detalhamento do que constituiria a primeira imagem empregada neste artigo, passamos então para uma breve discussão sobre a natureza da segunda imagem. Embora a segunda imagem afirme que “a organização interna dos Estados é a chave para a compreensão da guerra e da paz” (WALTZ, 2004, p. 102), é necessário um refinamento maior para o seu uso tendo em vista as adaptações feitas em relação à primeira imagem. Para todos os sentidos, a segunda imagem que adotaremos foca na relação entre Estados no plano regional, isto é, o papel e a percepção que cada país tem em sua respectiva delimitação geográfica-política; tal adaptação torna a análise do contexto regional mais precisa e relevante, ainda mais quando se trata sobre relações de uma superpotência (EUA) com países inseridos em uma lógica bipolar (Guerra Fria).

Isso é perceptível pela sinalização de Eisenhower em mudar a forma de como os Estados Unidos lidariam com a influência soviética em todo o mundo. O “novo olhar” dos Estados Unidos buscava aumentar sua influência global enquanto reduziria seus déficits fiscais, concentrando recursos militares e humanos em focos de atuação dos comunistas em todo o globo, além de buscar uma melhoria das economias do terceiro mundo através do comércio internacional (ROADNIGHT, 2002, p. 103-104). Com a ajuda de John Foster Dulles¹¹, Eisenhower buscava reaquecer as relações estadunidenses na Ásia e no Oriente Médio que teriam sofrido abalos, no caso do apoio à Israel, ou distanciamentos, no caso da Indonésia, durante o Governo Truman.

5 A estratégia estadunidense em relação à República da Indonésia

O temor pelo avanço dos comunistas marcou a relação entre os dois países durante a década de 1950: através de seus embaixadores os EUA buscaram criar laços de amizade com forças não comunistas, tais como os partidos PNI e NU e políticos como Sukarno. Dulles também não descartava o apoio à independência das ilhas se isso significasse mitigar o efeito de um governo comunista em Jakarta (ROADNIGHT, 2002, p. 103-108). As tensões entre os dois países figuravam na questão econômica e no apoio à cessão do território da Nova Guiné Ocidental (na época denominado

¹¹ Secretário de Estado dos EUA entre 1953 e 1959.

Nova Guiné Holandesa): no primeiro a postura dos EUA ficou marcado pelo estilo “*my deal or no deal*” sobre a compra de borracha natural e envio de investimento para projetos de modernização agrícola, irritando as autoridades indonésias; já no segundo a postura neutralista dos EUA afastou as chances do país de se aproximar da Indonésia (ROADNIGHT, 2002, p. 110-115; p. 118-120).

O receio do fortalecimento do PKI era compartilhado por todos (muito por conta da ambiguidade de Sukarno em relação aos comunistas), se intensificando devido a dificuldade inicial dos EUA em traçar o perfil de atuação da União Soviética pós-Stalin¹² e o estabelecimento de relações da Indonésia com os soviéticos em 1955 (ROADNIGHT, 2002, p. 117-118). A sensação, por parte dos secretários do governo, era de que a Indonésia se tornaria o próximo palco de confronto da guerra fria e entre adeptos da teoria do domínio¹³, tais como o presidente Eisenhower, a queda do país significaria a queda de todo o Sudoeste Asiático (ROADNIGHT, 2002, p. 120-121).

6 A estratégia estadunidense em relação à República do Líbano

O mesmo temor apresentado pelos estrategistas estadunidenses em relação à Indonésia não pode ser dito com relação ao Líbano: a ascensão de Camile Chamoun à presidência fez surgir naturalmente um aliado em meio ao pan-arabismo liderado por Nasser, visto com apreensão tanto entre os governos pró-ocidente e/ou conservadores no Oriente Médio (ASHTON, 1996, p. 21), quanto pelos secretários de defesa dos EUA, que viam um vácuo de poder na região após a Guerra de Suez ser ocupada pela União Soviética através do nacionalismo árabe (YAQUB, 2004, p. 1 e 58).

Para combater o que viam ser a influência soviética, foi lançado um plano envolvendo duas questões: primeiro (posto em prática por Dulles) foi uma “imparcialidade amigável” no que tangia à disputa Árabe-Israelense bem como um aumento nos repasses aos países árabes; paralelamente a isto Dulles também elencou uma política externa a ser adotada que consistia na cooperação econômica e militar com qualquer nação do Oriente Médio, bem como a possibilidade de envio de forças armadas para proteger a integridade territorial de qualquer país contra grupos armados comunistas¹⁴ (YAQUB, 2004, p. 81). Fica registrado também o apoio da agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos (CIA) para ajudar a montar um parlamento “puro” e pró-ocidente durante as eleições de 1957 no Líbano, financiando candidatos chamounistas (TRABOULSI, 2007, p. 132; LITTLE, 1996, p. 35).

Podemos observar assim que o *modus operandi* estadunidense propositalmente se diversificou com base nos desafios apresentados regionalmente, ainda que seguissem um imperativo fixo de combater a influência soviética no Oriente Médio e no Sudoeste Asiático. Tal *Modus Operandi* perpassa, inclusive, sobre a terceira imagem analisada: o contexto macropolítico da época, a Guerra Fria, ou nos termos de Waltz “a política internacional anárquica” (2004, p. 220-221). Tal imagem será melhor exemplificada a seguir quando tratarmos dos acontecimentos de 1958.

¹² Stalin morre em março de 1953, abrindo espaço para a ascensão de Nikita Khrushchov de frente à URSS entre 1953 e 1964. A marca daquele período foi a defesa de uma “coexistência pacífica” com os EUA.

¹³ A teoria do domínio marcou o raciocínio realista durante a década de 1950 e 1960. Advogada por Dulles, estabelecia que os EUA deveriam proteger países e regiões consideradas críticas para evitar levantes comunistas pelo mundo.

¹⁴ Posteriormente esse conjunto de diretrizes se denominaria como “Doutrina Eisenhower”.

7 Tensões e radicalização: a tentativa de golpe do PRRI (1957-1958)

Como já dito, as tensões entre militares na Indonésia chegaram no seu momento crítico no final de 1957 e início de 1958. Em setembro e outubro de 1957 coronéis como Maludin Simbolon e Ventje Sumual¹⁵ realizaram inúmeras reuniões em Sumatra com o objetivo de depor Sukarno, afastar o general Nasution (que buscava centralizar o poder militar em Jakarta) e banir o PKI. O final de 1957 ficou marcado por dois eventos de radicalização de posições: o fracasso nas negociações na Organização das Nações Unidas (ONU) em relação à Nova Guiné Holandesa levou Sukarno a incentivar a tomada de empresas estabelecidas na região em dezembro por parte da população; o mesmo Sukarno sofre um atentado no dia 30 de novembro após grupos religiosos jogarem granadas em sua direção enquanto visitava a escola de seu filho (RICKLEFS, 2008, p. 296-297).

O ponto crítico foi a recusa do gabinete, controlado pela coalizão PNI-NU, em dialogar com o *Masyumi* e o PSI. Aproveitando-se que Sukarno estava fora do país devido a encontros diplomáticos, os rebeldes anunciaram no dia 10 de fevereiro um ultimato de cinco dias, demandando que (I) o gabinete renunciasse e o parlamento formasse um gabinete tendo a frente o ex-vice-presidente Hatta (que havia renunciado após discordar dos pressupostos da “democracia guiada”) junto com o Sultão de Jogjacarta até que novas eleições fossem realizadas; (II) Sukarno voltasse ao seu papel constitucional de presidente e abandonasse a Democracia Guiada e (III) afastasse simpatizantes do PKI no governo (FEITH, LEV, 1963, p. 35; DOEPPERS, 1972, p. 187; RICKLEFS, 2008, p. 298). Com a recusa do gabinete em atender tais demandas, no dia 15 de fevereiro os rebeldes anunciam em Padang (Sumatra Ocidental) o *Pěměrintah Revolusioner Republik Indonesia* (Governo Revolucionário da República da Indonésia, PRRI), tendo apoio dos rebeldes da Permesta localizados no Sulawesi (FEITH, LEV, 1963, p. 35; DOEPPERS, 1972, p. 187; RICKLEFS, 2008, p. 298).

A participação dos EUA nesse momento se deu pelo comum interesse em anular a influência de Sukarno no país (visto aqui como colaborador do PKI). O apoio de Dulles aos rebeldes foi a chancela que a CIA precisava para poder atuar diretamente, ainda que tivesse poucas informações sobre os rebeldes (ROADNIGHT, 2002, p. 144). Aviões estadunidenses, através de bases localizadas em Singapura e Taiwan, enviaram armamentos e rádios de comunicação aos rebeldes, além de agentes para dar apoio logístico e tática as tropas rebeldes. Junto a isso, o governo americano fez declarações de simpatia ao PRRI logo após o anúncio do governo revolucionário (ROADNIGHT, 2002, p. 153-157; FEITH LEV, 1963, p. 35; DOEPPERS, 1972, p. 188-191). Todavia, nem o governo americano muito menos os rebeldes contavam com uma reação rápida por parte de Sukarno: ao retornar da viagem diplomática o presidente ordenou o bombardeio nas principais cidades rebeldes e o envio de paraquedistas para controlar as reservas petrolíferas nacionais. Depois de um mês de campanha o governo neutraliza todos os principais focos de resistência, restando apenas guerrilhas dispersas e isoladas no interior do país (RICKLEFS, 2008, p. 299-300; DOEPPERS, 1972, p. 192; FEITH LEV, 1963, p. 36).

¹⁵ Militares dissidentes organizados pela Permesta.

8 A crise libanesa de 1958

A tensão entre governo e oposição chegou ao seu limite no final de abril e início do maio de 1958, com o assassinato do jornalista de oposição Nasib al-Matni, editor-chefe e dono de um jornal crítico das políticas de Chamoun, o *Al-Tallaghraf* (*The Telegraph*). A oposição conclamou no mesmo dia uma greve geral, enquanto nos dias subsequentes revoltas populares eclodiram por todo o país, chegando a até incendiarem a Biblioteca da Secretaria de Informações dos Estados Unidos em Trípoli. No final de maio o controle territorial dos rebeldes já havia se espalhado por todo o país, incluindo Beirute (YAQUB, 2004, p. 210). Acreditava-se que a pressão seria suficiente para fazer Chamoun renunciar, desistindo assim da reeleição.

No final de junho o secretário Dulles chegou a um acordo sem o uso de forças externas, solicitando que Chamoun deveria se focar em buscar um sucessor simpático ao ocidente, cuja eleição estava marcada para o dia 24 de julho na Câmara dos Deputados (YAQUB, 2004, p. 218). *Ceteris paribus*, a crise libanesa teria sido resolvida e se encerraria naturalmente.

Entretanto, o desenrolar de dois eventos na primeira quinzena de julho agravaram a questão libanesa: planos para o assassinato do Rei Hussein da Jordânia, arquitetado por oficiais dissidentes do exército descontentes com a promoção de beduínos aos postos militares e com a monarquia aliada ao ocidente, foram descobertos e em 14 de julho de 1958 um golpe de estado, liderado pelos jovens oficiais de Abd al-Karim Qasim, derrubam a monarquia hachemita (pró-ocidente) no Iraque, fuzilando todos os seus membros e o primeiro-ministro Nuri al-Said. Estes dois golpes, um fracassado e outro vitorioso, foram o que Chamoun necessitava para justificar definitivamente uma intervenção direta no país (LITTLE, 1996, p. 43).

Preparado, Chamoun mandou um telegrama aos EUA demandando o envio de tropas em 48 horas caso “o país [os Estados Unidos] não queira ver o segundo governo pró-ocidente caindo aos seus olhos” (TRABOULSI, 2007, p. 136, tradução minha). Após discussões sobre o apoio ou não a este pedido tanto Dulles quanto Eisenhower endossaram a intervenção, visto que não intervir poderia representar fraqueza ante a União Soviética (YAQUB, 2004, p. 223-224). A divulgação da operação ficaria apenas para quando as tropas desembarcassem nas praias de Khaldeh, no sul do Líbano, quando o presidente faria então uma declaração pública (YAQUB, 2004, p. 226). Na tarde do dia 15 de julho, as primeiras tropas estadunidenses desembarcaram, seguindo-se mais de 40 mil soldados em 70 navios de guerra da 6ª Frota Americana no que ficou conhecido como Operação Blue Bat. A última vez que uma operação dessas havia sido desempenhada no Oriente Médio fora na 2ª Guerra Mundial (TRABOULSI, 2007, p. 136).

9 Análise e considerações finais

Ao observar o comportamento adotado pelo governo estadunidense ante o contexto indonésio e libanês podemos atestar similaridades e oposições. Através da terceira imagem podemos observar que de fato haviam diretrizes gerais para combater a influência soviética através da cooperação internacional. Mas isso não significou que estas diretrizes gerais se comportassem de uma maneira semelhante em relação à segunda imagem: fica claro a contraposição entre a *deposição* e a *manutenção* de um governo. Se a percepção de queda era iminente caso os EUA não interferissem no

Líbano (ou no mínimo uma queda de prestígio internacional frente os soviéticos), na Indonésia a percepção de queda motivou os EUA a apoiarem os rebeldes da Permesta a fim de diminuir a influência soviética no país. Também é importante ressaltar que essas impressões foram ocasionadas tanto pela falta de compreensão do contexto interno dos países quanto por inferências erradas (como a associação do nacionalismo árabe com os soviéticos ou que os rebeldes teriam força o suficiente para derrubarem o governo de Sukarno). Enfim, fica cristalino a ausência da primeira imagem no pensamento dos estrategistas estadunidenses.

A hipótese de que uma doutrina possa ser descrita como homogênea poderia se confirmar caso observássemos apenas e unicamente a resposta dos EUA à terceira imagem: o combate a influência soviética e ao comunismo de uma forma abrangente. Contudo, ao se olhar a segunda imagem, é possível ver que não é este o caso, já que o comportamento dispensado aos dois países diferiu consideravelmente: enquanto o governo investia consideráveis quantias no Líbano em infraestrutura, os projetos para a Indonésia ficavam restritos a questões de melhoria de agricultura condicionadas a uma retórica anticomunista a ser empregada; se de um lado o governo temia ser tragado para assuntos internos do Líbano por outro tentava arrastar a Indonésia para o embate da guerra fria

Essas “inconsistências” podem ser explicadas por uma não uniformidade nas ações empregadas justamente pela necessidade de se analisar tanto o cenário internacional quanto o regional. Alternativamente, a criação de doutrinas “rígidas” na forma seria indesejável por aplicar estratégias universais em contextos políticos díspares, gerando resultados políticos negativos e opostos ao objetivo inicial (aqui representado pelo desejo em conter a influência soviética).

Embora a robustez necessária para se afirmar categoricamente que as doutrinas dos EUA agem de uma forma não rígida, o artigo se preocupou em fornecer evidências acerca do comportamento da política externa durante o governo Eisenhower. Tal pesquisa mostrou indícios que ainda que o objetivo geral de uma doutrina se mantenha, o meio para se atingir isso não é uniforme. Pode-se argumentar também que a natureza retórica de uma doutrina elencada cumpriria a função de “mascarar” eventuais disparidades da mesma de forma a criar uma ilusão de homogeneidade, sendo necessário estudos futuros em relação a esta possibilidade a fim de determinar sua validade.

Referências bibliográficas

ASHTON, N. J. *Eisenhower, Macmillan and the Problem of Nasser: Anglo-American Relations and Arab Nationalism, 1955–59*. 1ª ed. Londres: Macmillan, 1996.

DOEPPERS, D. F. An Incident in the PRRI/Permesta Rebellion of 1958. *Indonesia*, Nova Iorque, v. 7, n. 14, p. 183-195, 1972.

FARHA, M. Demographic Dilemmas. In: RUBIN, B. (ed.). *Lebanon: Liberation, Conflict, and Crisis*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. 1ª ed. cap. 5, p. 83-97.

FAWAZ, E. What Makes Lebanon a Distinctive Country?. In: RUBIN, Barry (ed.). *Lebanon: Liberation, Conflict, and Crisis*. 1ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. cap. 2, p. 25-33.

FEITH, H.; LEV, D. S. The End of Indonesian Rebellion. *Pacific Affairs*, Vancouver, v. 36,

n. 1, p. 32-46, mar/jun. 1963.

LITTLE, D. His Finest Hour? Eisenhower, Lebanon, and the 1958 Middle East Crisis. *Diplomatic History*, Oxford, v. 20, n. 1, p. 27-54, jan. 1996.

OVERHOLT, W. H.; CHOU, M. Foreign Policy Doctrines. *Policy Studies Journal*. [S. l.], v. 3, n. 2, p. 185-188, dez. 1974.

OXFORD LIVING DICTIONARIES. Doctrine. [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/doctrine>>. Acesso em: 28 de Abril de 2019.

RICKLEFS, M. C. *A History of Modern Indonesia since c. 1200*. 4ª. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

ROADNIGHT, A. *United States Policy towards Indonesia in the Truman and Eisenhower Years*. 1ª ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002.

SORBY, K. R. Lebanon: The Crisis of 1958. *Asian and African Studies*, v. 9, n. 1, p. 76-109, jan. 2000.

TRABOULSI, F. *A History of Modern Lebanon*. 1ª. ed. Londres: Pluto Press, 2007. cap. 7, p. 109-127.

WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

YAQUB, S.. *Containing Arab nationalism: the Eisenhower Doctrine and the Middle East*. 1ª. ed. Chapel Hill: The University Of North Carolina Press, 2004.